



# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2ª Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Bradesco Leasing" ou "Instituição"), relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, bem como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronáutico e de máquinas e equipamentos, o que a destaca como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No exercício de 2025, a Bradesco Leasing registrou lucro líquido de R\$ 466 milhões, correspondente a R\$ 19.767,43 por ação, e patrimônio líquido de R\$ 4.502 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 10,35% sobre o patrimônio líquido. O total de ativos somou R\$ 17.792 milhões, destacando-se R\$ 8.871 milhões em ativos financeiros e R\$ 7.519 milhões em operações de arrendamento mercantil na modalidade de *leasing*

financeiro, registrados a valor presente. A Instituição detinha participação societária de 1,78% na empresa Serel Participações em Imóveis S.A.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto no estatuto social.

Em conformidade com o disposto na Resolução CVM nº 162/22, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing possui Política de Contratação de Auditoria Independente, com diretrizes relacionadas à governança, transparência, conformidade, objetividade e independência na contratação e na prestação dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras da instituição, disseminando a cultura corporativa de observância à não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesses ou comprometer a independência ou a objetividade na execução de suas atividades.

Agradecemos aos nossos clientes pelo apoio e confiança.

### Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		
	Nota	2025
<b>Ativo</b>		
<b>Disponibilidades</b> .....	5	<b>731</b>
<b>Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado</b> .....		<b>8.846.925</b>
Cotas de Fundos de Investimentos .....	6	8.846.925
<b>Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes</b> .....		<b>24.506</b>
Títulos e Valores Mobiliários, Líquido de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.....	7	24.506
<b>Ativos Financeiros ao Custo Amortizado</b> .....		<b>7.728.599</b>
Operações de Arrendamento Mercantil, Líquido de Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.....	9	7.519.024
Outros Ativos Financeiros.....	11	209.575
<b>Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda</b> .....		<b>7.665</b>
<b>Investimentos em Coligadas</b> .....	10	<b>29.371</b>
<b>Créditos Tributários</b> .....	24	<b>550.330</b>
<b>Impostos a Compensar</b> .....		<b>500.837</b>
<b>Outros Ativos</b> .....	13	<b>103.191</b>
<b>Total do Ativo</b> .....		<b>17.792.155</b>

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	Nota	2025		Nota	2025
<b>Passivo</b>					
<b>Passivos Financeiros ao Custo Amortizado</b> .....		<b>12.017.554</b>			
Recursos de Instituições Financeiras.....	14a	10.316.385			
Recursos de Emissão de Títulos.....	14b	1.701.169			
<b>Provisões</b> .....	15	<b>61.380</b>			
Outras Provisões.....		61.380			
<b>Impostos Correntes</b> .....		<b>8.795</b>			
<b>Impostos Diferidos</b> .....	24	<b>1.072.313</b>			
<b>Outros Passivos</b> .....	17	<b>129.784</b>			
<b>Total do Passivo</b> .....		<b>13.289.824</b>			
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital Social.....	18a	2.312.267			
Reservas de Lucros.....	18b	2.189.971			
Outros Resultados Abrangentes.....		93			
<b>Total do Patrimônio Líquido</b> .....		<b>4.502.331</b>			
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b> .....		<b>17.792.155</b>			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	Nota	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b> .....		<b>2.288.012</b>	<b>2.288.012</b>
Operações de Arrendamento Mercantil.....		630.132	1.147.853
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	8	631.793	1.140.159
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b> .....		<b>(847.444)</b>	<b>(1.513.547)</b>
Operações de Captações no Mercado.....	14c	(847.444)	(1.513.547)
<b>Resultado da Intermediação Financeira</b> .....		<b>414.481</b>	<b>774.465</b>
<b>(Constituição)/Reversão de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros</b> .....		<b>(1.060)</b>	<b>996</b>
(Constituição)/Reversão de Perdas Esperadas com Operações de Arrendamento Mercantil.....	9e	(1.060)	996
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros</b> .....		<b>413.421</b>	<b>775.461</b>
<b>Outras Receitas/(Despesas) Operacionais</b> .....		<b>(54.695)</b>	<b>(11.758)</b>
Despesas Administrativas.....	19	(5.925)	(12.157)
Despesas Tributárias.....	20	(37.730)	(71.698)
Resultado de Participações em Coligadas.....	10	1.409	2.589
Outras Receitas Operacionais.....	21	34.718	74.122
Outras Despesas Operacionais.....	22	(8.191)	(20.235)
Provisão Fiscal e Cível.....	16	3.961	(27.316)
<b>Resultado Operacional</b> .....		<b>401.663</b>	<b>720.766</b>
<b>Resultado Não Operacional</b> .....	23	<b>(106)</b>	<b>19.606</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b> .....		<b>401.557</b>	<b>740.372</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	24	(149.559)	(274.157)
<b>Lucro Líquido</b> .....		<b>251.998</b>	<b>466.215</b>
<b>Lucro por ação em R\$</b> .....		<b>10.684,67</b>	<b>19.767,43</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil		
	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
<b>Lucro Líquido do Período</b> .....	<b>251.998</b>	<b>466.215</b>
<b>Itens que podem ser Subsequentemente Reclassificados para o Resultado</b> .....	<b>(30)</b>	<b>(83)</b>
<b>Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes</b> .....	<b>(30)</b>	<b>(83)</b>
- Próprios.....	(10)	(11)
- De Coligadas e Controladas.....	(37)	(117)
- Efeito de Impostos.....	17	45
<b>Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido</b> .....	<b>(30)</b>	<b>(83)</b>
<b>Resultado Abrangente do Período</b> .....	<b>251.968</b>	<b>466.132</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil		
	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b> .....	<b>401.557</b>	<b>740.372</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos</b> .....	<b>104.872</b>	<b>294.075</b>
Constituições de Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.....	1.060	(996)
Constituição e Atualização Monetária com Provisões Cíveis e Fiscais.....	(10.820)	22.309
Resultado de Participações em Coligadas.....	(1.409)	(2.589)
Juros de Recursos de Emissão de Títulos - Debêntures.....	117.625	278.322
Outros.....	(1.584)	(2.971)
<b>(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos</b> .....	<b>(1.381.905)</b>	<b>(2.493.190)</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	-	1.959
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado.....	(684.088)	(1.102.849)
Operações de Arrendamento Mercantil.....	(696.497)	(1.397.437)
Outros Ativos.....	(1.320)	5.137
<b>(Redução)/Aumento nas Variações em Passivos</b> .....	<b>979.372</b>	<b>7.883.367</b>
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros.....	1.015.036	7.981.681
Outras Provisões.....	(2.407)	(15.886)
Outros Passivos.....	20.114	16.761
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(53.371)	(99.189)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b> .....	<b>103.896</b>	<b>6.424.624</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>		
Dividendos Recebidos.....	18	18
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos</b> .....	<b>18</b>	<b>18</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:</b>		
Recursos de Emissão de Títulos.....	-	(6.232.191)
Dividendos Pagos.....	(114.123)	(205.042)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades De Financiamento</b> .....	<b>(114.123)</b>	<b>(6.437.233)</b>
<b>Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>(10.209)</b>	<b>(12.591)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	10.940	13.322
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	731	731
<b>Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>(10.209)</b>	<b>(12.591)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Bradesco Leasing" ou "Instituição") tem como objetivo a realização de operações de arrendamento mercantil, observando as disposições da legislação vigente.

É parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando seus recursos administrativos e tecnológicos. Dessa forma, suas demonstrações financeiras devem ser compreendidas nesse contexto.

### 2) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), decorrentes da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes utilizadas em sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente até 31 de dezembro de 2025.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial.

A Instituição optou pela isenção facultada pela Norma de não representar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras individuais, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários e os ganhos e perdas não realizados registrados no Patrimônio Líquido na conta Outros Resultados Abrangentes - ORA, foram ajustados em contrapartida ao valor do ativo em 1º de janeiro de 2025.

A Instituição optou pela faculdade prevista no § 5º da Resolução CMN nº 4.975/21, de forma que os saldos de estoque referentes a operações anteriores a 1º de janeiro de 2025 serão tratados como se a norma tivesse sido aplicada desde 2019, ano em que a normativa de arrendamentos correspondente foi adotada para fins de demonstrações financeiras em IFRS.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Por essa razão, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não corresponder à soma aritmética dos números que os antecedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2026.

As demonstrações financeiras seguem, em todos os seus aspectos relevantes, princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados para as demonstrações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, exceto pelas políticas contábeis significativas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, em razão da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21 a partir de 1º de janeiro de 2025, conforme apresentadas a seguir:

#### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

#### b) Apuração do resultado

As receitas dos ativos financeiros e as despesas de juros de passivos são reconhecidas pelo regime de competência na Demonstração do Resultado. Com relação aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA, bem como às despesas de juros de passivos classificadas ao custo amortizado, a Instituição utiliza o método da taxa efetiva de juros, com exceção dos instrumentos de patrimônio.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/B4, do Ministério da Fazenda), considerando o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

#### d) Ativos e passivos financeiros

##### I) Ativos financeiros

A Instituição classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual.

A Instituição classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Modelo de negócio:** Configura a maneira pela qual a Instituição administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Totais
		Legal	Estabutarária	1.510.346			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b> .....	<b>2.312.267</b>	<b>352.053</b>	<b>1.510.346</b>	<b>176</b>	<b>(36.612)</b>	<b>-</b>	<b>4.174.842</b>
Ajustes Iniciais na Adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21.....	-	-	-	-	(36.612)	(36.612)	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2025</b> .....	<b>2.312.267</b>	<b>352.053</b>	<b>1.510.346</b>	<b>176</b>	<b>(36.612)</b>	<b>-</b>	<b>4.138.230</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(83)	-	-	(83)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	466.215	466.215	
Destinações: - Reservas.....	-	21.480	306.092	-	(327.572)	-	
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(102.031)	(102.031)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b> .....	<b>2.312.267</b>	<b>373.533</b>	<b>1.816.438</b>	<b>93</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.502.331</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b> .....	<b>2.312.267</b>	<b>362.764</b>	<b>1.662.976</b>	<b>123</b>	<b>(36.612)</b>	<b>-</b>	<b>4.301.518</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(30)	-	-	(30)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	251.998	251.998	
Destinações: - Reservas.....	-	10.769	153.462	-	(164.231)	-	
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(51.155)	(51.155)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b> .....	<b>2.312.267</b>	<b>373.533</b>	<b>1.816.438</b>	<b>93</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.502.331</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil				
Descrição	2º Semestre de 2025		Acumulado em 31 de dezembro de 2025	
	2025	% da base	2025	% da base
<b>1 - Receitas</b> .....	<b>1.291.246</b>	<b>294,0</b>	<b>2.335.185</b>	<b>287,5</b>
<b>1.1) Intermediação Financeira</b> .....	<b>1.261.925</b>	<b>287,2</b>	<b>2.288.012</b>	<b>281,7</b>
<b>1.2) Reversão/(Provisão) para Perdas Esperadas/ Associadas ao Risco de Crédito</b> .....	<b>(1.060)</b>	<b>(0,2)</b>	<b>996</b>	<b>0,1</b>
<b>1.3) Outras</b> .....	<b>30.381</b>	<b>7,0</b>	<b>46.177</b>	<b>5,7</b>
<b>2 - Despesas de Intermediação Financeira</b> .....	<b>(847.444)</b>	<b>(192,9)</b>	<b>(1.513.547)</b>	<b>(186,4)</b>
<b>3 - Insumos Adquiridos de Terceiros</b> .....	<b>(5.925)</b>	<b>(1,3)</b>	<b>(12.156)</b>	<b>(1,5)</b>
Serviços Técnicos Especializados.....	(3.057)	(0,7)	(6.418)	(0,8)
Jurídicas Processuais.....	(784)	(0,2)	(1.724)	(0,2)
Serviços do Sistema Financeiro.....	(1.119)	(0,3)	(1.998)	(0,2)
Propaganda, Promoções e Publicidade.....	(513)	(0,1)	(970)	(0,1)
Processamento de Dados.....	(167)	-	(420)	(0,1)
Serviços de Terceiros.....	(185)	-	(423)	(0,1)
Outras.....	(100)	-	(203)	-
<b>4 - Valor Adicionado Bruto (1-2-3)</b> .....	<b>43</b>			



# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2ª Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Instituição constitui provisão para perdas esperadas para compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis sobre o valor presente da estimativa da utilização de recursos dos compromissos de crédito e o valor presente dos créditos a liberar.

Quanto a garantias financeiras prestadas, a provisão é constituída sobre o valor presente dos desembolsos futuros estimados de responsabilidade da instituição vinculados a contratos de garantias financeiras prestadas considerando a probabilidade de desembolsos futuros no caso de a contraparte garantida não honrar a obrigação de acordo com as disposições contratuais vigentes.

A provisão para perdas é revista mensalmente, sempre que há alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio do instrumento.

### Alocação em estágios

Os instrumentos financeiros são alocados em um de três estágios, desde o seu reconhecimento inicial e serão realocados entre eles à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua, considerando o surgimento de fatos novos relevantes.

**Primeiro estágio:** Instrumentos que não sejam caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente. Considera-se que há aumento significativo do risco de crédito quando ocorrer atraso superior a 30 dias no pagamento do principal ou de encargos. Em casos específicos, admite-se considerar atraso de até 60 dias, conforme evidências consistentes e verificáveis. Para os instrumentos alocados no primeiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 meses.

**Segundo estágio:** Instrumentos cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente ou que deixarem de ser caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito. Para os instrumentos alocados no segundo estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.

**Terceiro estágio:** Instrumentos com problema de recuperação de crédito. No terceiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

São classificados neste estágio: os ativos financeiros inadimplidos (mais de 90 dias de atraso), aqueles que tenham indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais e os ativos financeiros reestruturados.

Estes instrumentos têm seu reconhecimento de receitas suspenso (*stop-accrual*), sendo contabilizadas apenas no seu recebimento, pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações. Além disto, para ativos inadimplidos (atraso maior que 90 dias) que fazem parte do estágio 3, é constituída provisão para perdas incorridas, como um componente da provisão para perdas esperadas. Essa provisão é calculada com base em percentuais, de acordo com as carteiras (C1 à C5) e as faixas de atraso estipuladas na Resolução BCB nº 352/23.

Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura), resultando no retorno do reconhecimento de receitas (*accrual*) para os instrumentos do estágio 3 e reversões de provisão.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação. O registro correspondente é efetuado em contas de compensação e controles de identificação mantendo-se até o esgotamento de todos os procedimentos de cobrança por um prazo mínimo de 5 anos. No caso de recuperações subsequentes ou reestruturações de ativos financeiros previamente baixados, os valores recuperados são creditados na Demonstração do Resultado até o limite do valor baixado anteriormente. Os ativos são então alocados no terceiro estágio, com provisão para perdas esperadas igual a totalidade do valor do instrumento.

Os eventuais ganhos provenientes da reestruturação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos, independentemente de serem operações ativas ou recuperadas de prejuízo.

A alocação em estágios é revista minimamente: mensalmente, no caso de atrasos de pagamento de principal e encargos; a cada 6 meses para instrumentos de uma mesma contraparte cujo montante seja superior a 5% do patrimônio líquido da instituição; uma vez a cada 12 meses para os demais instrumentos, sempre que novos fatos indicarem alteração significativa da qualidade de crédito; e quando o instrumento for renegociado.

### Auração

A Instituição avalia a perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros baseando-se em critérios consistentes e verificáveis, utilizando técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros.

A apuração do risco de crédito e da perda esperada associada ao risco de crédito pode ser realizada de forma coletiva mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira. São agrupados instrumentos financeiros que pertençam ao mesmo grupo homogêneo de risco, definidos na política de crédito e nos procedimentos de gestão de crédito da instituição como operações de varejo.

Consideram-se minimamente os seguintes parâmetros, em termos percentuais:

- Probabilidade de se caracterizar com problema de recuperação de crédito:** Avaliada com base no prazo esperado do instrumento financeiro e na situação econômica corrente, além de previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado.
- Expectativa de recuperação:** Considera os custos de recuperação, características de garantias ou colaterais, taxas históricas de recuperação, concessão de vantagens à contraparte e previsões econômicas.

A expectativa de recuperação corresponde ao quociente entre o valor presente dos fluxos de caixa esperados durante o processo de recuperação do crédito e o valor da base de cálculo definida.

Ao estimar a expectativa de recuperação, a Instituição observa critérios específicos, como a utilização da taxa de juros efetiva do instrumento no reconhecimento inicial e a consideração dos fluxos de caixa esperados, tanto positivos quanto negativos.

As metodologias e premissas são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

### e) Juros

A Instituição optou pela utilização da metodologia diferenciada proporcional para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado, conforme facultado pelo artigo nº 75 da Resolução BCB nº 352/23.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos da transação, descontos ou prêmios, que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Adicionalmente a Instituição optou para alguns componentes na utilização da materialidade para fins de taxa efetiva de juros, conforme artigo nº 13 da Resolução BCB nº 352/23.

### f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o limite legal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é apurada a alíquota de 15%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentadas na Nota 24.

### g) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10% a 20% ao ano; sistemas de processamento de dados - 20% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

### i. Arrendamentos da Instituição (Arrendatário)

Como arrendatário, a Instituição avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Instituição aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

No início de um arrendamento, a Instituição reconhece um "passivo de arrendamento" para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representem o direito de uso dos ativos subjacentes. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

O prazo do arrendamento é definido como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com (i) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (ii) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção. A Instituição possui política descritiva para os prazos de arrendamentos de Imóveis, que considera o plano de negócio e premissas da administração, opções de prorrogação e as leis e normas locais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados da data inicial, descontados pela taxa incremental aplicada a cada contrato de acordo com o prazo do arrendamento.

Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber e pagamentos variáveis de arrendamento dos dependem de um índice ou taxa. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

A taxa incremental aplicada pela Instituição leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo spread de crédito.

Subsequentemente, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os juros incidentes sobre os fluxos de pagamento, remensurado para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento e reduzido para refletir os pagamentos efetuados.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo dos contratos, considerando a taxa nominal de desconto.

**i. Classificação de risco no exercício social anterior e a sua nova classificação, conforme regulamentação vigente:**

Conforme artigo nº 105 da Resolução BCB nº 352/23, segue abaixo a classificação de risco no exercício social anterior bem como o respectivo nível de

Modalidades e níveis de risco - Conforme regulamentação anterior	Níveis de risco									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2024
<b>Total da Carteira em 31 de dezembro de 2024</b> .....	<b>1.020.507</b>	<b>2.816.078</b>	<b>2.359.457</b>	<b>10.879</b>	<b>9.595</b>	<b>3.538</b>	<b>3.599</b>	<b>403</b>	<b>11.796</b>	<b>6.235.852</b>
<b>Saldo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2024</b> .....	<b>303</b>	<b>14.094</b>	<b>23.610</b>	<b>327</b>	<b>968</b>	<b>1.062</b>	<b>1.800</b>	<b>281</b>	<b>11.796</b>	<b>54.241</b>

Conforme artigo nº 105 da Resolução BCB nº 352/23, abaixo a classificação de risco no exercício vigente bem como o respectivo nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme nova regulamentação:

Modalidades e níveis de risco - Conforme regulamentação anterior	Níveis de risco				R\$ mil
	Total da carteira em 1º de janeiro de 2025				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	de 2025	
<b>Total da carteira em 1º de janeiro de 2025</b> .....	<b>6.106.825</b>	<b>40.516</b>	<b>88.511</b>	<b>6.235.852</b>	
<b>Saldo de Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito em 1º de janeiro de 2025</b> .....	<b>66.257</b>	<b>8.214</b>	<b>40.789</b>	<b>115.260</b>	

### b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Em 2023 foram emitidas a Resolução CMN nº 5.100 e a Resolução BCB nº 352, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, as quais postergaram a vigência do Capítulo V, que trata da Contabilidade de *Hedge*, para 1º de janeiro de 2027.

Em 2024 foram emitidas a Resolução CMN nº 5.146 e a Resolução BCB nº 397, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, que facultaram o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

Em 2024, foram emitidas as Resoluções CMN nº 5.185/24 e BCB nº 435/24, que dispõem sobre a as instituições elaborarem o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. A partir do exercício social de 2026.

Em setembro de 2025, o Banco Central publicou a Resolução CMN nº 5.252, que estabelece os conceitos e critérios contábeis para mensuração, reconhecimento, baixa e evidencição de ativos e passivos de sustentabilidade. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027.

O Banco vem analisando a aplicação das referidas normas, e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas.

### 4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

Exceto pela mensuração da Provisão para Perdas Esperadas associadas ao Risco de Crédito, as estimativas e julgamentos contábeis significativos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras são uniformes em relação àqueles que foram adotados para as demonstrações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

#### Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito requer o uso de modelos quantitativos e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento dos instrumentos financeiros.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da provisão, tais como:

- Determinar critérios para classificação dos instrumentos financeiros;
- Agrupar instrumentos financeiros com perfil de riscos semelhantes;
- Selecionar modelos quantitativos e pressupostos apropriados; e
- Estabelecer diferentes cenários prospectivos e suas ponderações.

O processo para determinar o nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

### 5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Disponibilidades em moeda nacional.....	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2025	2024
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b> .....	<b>731</b>	<b>731</b>

Os contratos e arrendamentos de imóveis com prazo indeterminado não foram considerados no escopo da Resolução BCB nº 178/22, pois se tratam de locações nas quais o contrato pode ser rescindido a qualquer momento sem multa significativa. Dessa maneira, o contrato de aluguel não foi considerado como executável.

### ii. Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Instituição aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

### h) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Rentabilidade futura/carteira de clientes adquirida e aquisição de direito para prestação de serviços bancários: são registradas e amortizadas, quando aplicável, pelo período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro, e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável; e
- Software: são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a 50% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

### i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A composição das empresas coligadas está apresentada na Nota 10.

### j) Outros ativos

Em outros ativos estão classificados os tributos a compensar referente a crédito de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e antecipações não compensadas no próprio exercício.

Também estão classificadas nesse grupo as despesas antecipadas que representam as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestações de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

Adicionalmente, em outros ativos estão demonstrados os ativos não financeiros mantidos para a venda que são bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso e bens de uso próprio que serão realizados pela sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano. Os bens recebidos estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução. Os bens próprios estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o seu valor contábil, líquido das provisões para perdas por redução ao valor recuperável e da depreciação ou amortização acumulada.

### k) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Instituição não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

### l) Depósitos e demais instrumentos financeiros

#### i. Captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* die.

A composição das operações está apresentada na Nota 14.

#### ii. Despesas associadas às captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de debêntures, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente, as composições dos respectivos saldos dessas captações estão sendo apresentadas na Nota 14.

#### m) Provisões, ativos e passivos contingentes - Fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas, passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e pela Resolução CVM nº 72/22 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser abertas divulgadas em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 16.

#### n) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na Nota 29a.

#### o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 29b e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/20.

## 3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

### a) Normas, alterações e interpretações de normas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2025

Resolução CMN nº 4.975/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.467, que estabelece novas regras para a dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas regras impactam as bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, a partir de 1º de janeiro de 2025. A principal regra é a aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operações com atraso superior a noventa dias).

Com a publicação da Lei nº 15.078, em 27 de dezembro de 2024, as perdas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (vinte e quatro), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de um oitenta e quatro avos ou cento e estocque avos, para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026. Esta Lei vetou a dedução das perdas incorridas no ano de 2025 que excedam o lucro real do exercício. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do estoque de 1º de janeiro de 2025.

Conforme artigo nº 105 da Resolução BCB nº 352/23, segue abaixo a classificação de risco no exercício social anterior bem como o respectivo nível de

Modalidades e níveis de risco - Conforme regulamentação anterior	Níveis de risco									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2024
<b>Total da Carteira em 31 de dezembro de 2024</b> .....	<b>1.020.507</b>	<b>2.816.078</b>	<b>2.359.457</b>	<b>10.879</b>	<b>9.595</b>	<b>3.538</b>	<b>3.599</b>	<b>403</b>	<b>11.796</b>	<b>6.235.852</b>
<b>Saldo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2024</b> .....	<b>303</b>	<b>14.094</b>	<b>23.610</b>	<b>327</b>	<b>968</b>	<b>1.062</b>	<b>1.800</b>	<b>281</b>	<b>11.796</b>	<b>54.241</b>

</



# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### b) Reconciliação do valor contábil bruto de operações de arrendamento mercantil

	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados/Liquidados	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025 (1)
<b>Estágio 1</b>								
Pessoa jurídica	5.896.257	(28.333)	(47.457)	880	3.599	1.413.495	-	7.238.441
Pessoa física	210.568	(8.284)	-	17	-	35.878	-	238.179
<b>Total</b>	<b>6.106.825</b>	<b>(36.617)</b>	<b>(47.457)</b>	<b>897</b>	<b>3.599</b>	<b>1.449.373</b>	<b>-</b>	<b>7.476.620</b>

(1) Nos ativos alocados no primeiro estágio, nenhum possui atraso superior a 30 dias.

	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados/Liquidados	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
<b>Estágio 2</b>								
Pessoa jurídica	38.639	(880)	(502)	28.333	358	(45.726)	-	20.222
Pessoa física	1.877	(17)	(1.766)	8.284	-	(26)	-	8.352
<b>Total</b>	<b>40.516</b>	<b>(897)</b>	<b>(2.268)</b>	<b>36.617</b>	<b>358</b>	<b>(45.752)</b>	<b>-</b>	<b>28.574</b>

	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados/Liquidados	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025 (1)
<b>Estágio 3</b>								
Pessoa jurídica	88.490	(3.599)	(358)	47.457	502	(6.563)	(216)	125.713
Pessoa física	21	-	-	-	1.766	378	-	2.165
<b>Total</b>	<b>88.511</b>	<b>(3.599)</b>	<b>(358)</b>	<b>47.457</b>	<b>2.268</b>	<b>(6.185)</b>	<b>(216)</b>	<b>127.878</b>

(1) Do total de ativos alocados para o terceiro estágio, R\$ 13.257 mil foram decorrentes de operações reestruturadas.

	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Originados/Liquidados	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025 (1)
<b>Consolidado 3 estágios</b>				
Pessoa Jurídica	6.023.386	1.361.206	(216)	7.384.376
Pessoa Física	212.466	36.230	-	248.696
<b>Total</b>	<b>6.235.852</b>	<b>1.397.436</b>	<b>(216)</b>	<b>7.633.072</b>

(1) Do total das operações, R\$ 7.476.620 mil possuem baixo risco de crédito em relação ao total da carteira.

### c) Reconciliação de perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Constituição/(Reversão)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
<b>Estágio 1</b>								
Pessoa jurídica	64.245	(1.154)	(670)	53	1.788	2.060	-	66.322
Pessoa física	2.012	(207)	-	5	-	475	-	2.285
<b>Total</b>	<b>66.257</b>	<b>(1.361)</b>	<b>(670)</b>	<b>58</b>	<b>1.788</b>	<b>2.535</b>	<b>-</b>	<b>68.607</b>

	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Constituição/(Reversão)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
<b>Estágio 2</b>								
Pessoa jurídica	8.163	(53)	(208)	1.154	195	(7.101)	-	2.150
Pessoa física	51	(5)	(34)	207	-	1.238	-	1.457
<b>Total</b>	<b>8.214</b>	<b>(58)</b>	<b>(242)</b>	<b>1.361</b>	<b>195</b>	<b>(5.863)</b>	<b>-</b>	<b>3.607</b>

	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Constituição/(Reversão)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
<b>Estágio 3</b>								
Pessoa jurídica	40.777	(1.788)	(195)	670	208	298	(216)	39.754
Pessoa física	12	-	-	-	34	2.034	-	2.080
<b>Total</b>	<b>40.789</b>	<b>(1.788)</b>	<b>(195)</b>	<b>670</b>	<b>242</b>	<b>2.332</b>	<b>(216)</b>	<b>41.834</b>

	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição/(Reversão) (1)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
<b>Consolidado 3 estágios</b>				
Pessoa jurídica	113.185	(4.743)	(216)	108.226
Pessoa física	2.075	3.747	-	5.822
<b>Total</b>	<b>115.260</b>	<b>(996)</b>	<b>(216)</b>	<b>114.048</b>

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

### d) Operações de arrendamento mercantil reestruturadas

No total de operações com perda esperada associada ao risco de crédito estão incluídas as reestruturações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

Reestruturações podem ocorrer tanto em função de atrasos nos pagamentos ou de percepção de que a qualidade do crédito se deteriorou fortemente. O objetivo das reestruturações é adequar as operações à nova capacidade do cliente de pagar seu débito.

A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de operações de crédito reestruturadas:

	R\$ mil
<b>Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>27.294</b>
Reestruturação (1)	1.590
Recbimentos/Outros (2)	(10.044)
Baixas	(455)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>18.385</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.587
Percentual sobre a carteira de reestruturação	46,7%

(1) A Organização optou pela utilização do Artigo 71-A previsto na Resolução CMN nº 5.146 de 26 de junho de 2024, que faculta as instituições à utilização até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados; e

(2) Contempla a liquidação de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

## 10) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de Participação em Coligadas".

	2025		Resultado da equivalência patrimonial	
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
<b>Empresa</b>				
Serel Participações em Imóveis S.A. (1) (2)	240.000	1.679.086	1.7807%	145.392
				29.371
				1.409
				2.589

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui controle conjunto na investida pela soma das participações mantidas pela Instituição, pela controladora e por outras controladas da controladora, inclusive por: representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores; e

(2) Investimento inclui deságio de R\$ 528 mil.

## 11) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
<b>2025</b>	
Devedores por depósitos em garantia	208.535
Tributos antecipados	1.015
Dividendos a receber	25
<b>Total</b>	<b>209.575</b>

## 12) ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

	2025		Resultado da equivalência patrimonial	
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
<b>Empresa</b>				
Serel Participações em Imóveis S.A. (1) (2)	240.000	1.679.086	1.7807%	145.392
				29.371
				1.409
				2.589

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui controle conjunto na investida pela soma das participações mantidas pela Instituição, pela controladora e por outras controladas da controladora, inclusive por: representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores; e

(2) Investimento inclui deságio de R\$ 528 mil.

## 13) OUTROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
<b>2025</b>	
Direitos creditórios	101.687
Outros	1.504
<b>Total</b>	<b>103.191</b>

## 14) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Depósitos interfinanceiros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
<b>2025</b>						
- Depósitos interfinanceiros	10.614	9.838	9.344	3.054.186	28.687	7.203.716
<b>Total em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>10.614</b>	<b>9.838</b>	<b>9.344</b>	<b>3.054.186</b>	<b>28.687</b>	<b>7.203.716</b>
%	0,1	0,1	0,1	29,6	0,3	69,8

### b) Recursos de emissão de títulos - Debêntures

A Instituição mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

	R\$ mil			
	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	Valor contábil em 31 de dezembro de 2025
<b>Emissão</b>				
Janeiro/2008	6.750.000	2028	100% CDI	289.965
Junho/2011	4.750.000	2026	100% CDI	1.411.204
<b>Total</b>	<b>11.500.000</b>			<b>1.701.169</b>

### c) Despesas de captação

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Despesas de debêntures	117.626	278.323
Depósitos interfinanceiros	729.818	1.235.224
<b>Total</b>	<b>847.444</b>	<b>1.513.547</b>

## 15) OUTRAS PROVISÕES

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
<b>2025</b>	
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	56.073
Provisão para honorários de êxito	5.125
Outras	1.82
<b>Total</b>	<b>61.380</b>

## 16) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

### a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

### b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

#### I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas, conforme, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprimorados os parâmetros de mensuração para o registro da provisão, cujo os critérios próprios aplicados a cada tipo específico, os quais podem envolver o valor médio dos processos ou avaliação individual, sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

#### II - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas.

No momento em que a operação de arrendamento mercantil é modificada, a Administração considera as condições do novo empréstimo e o vencimento reestruturado, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros reestruturados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos negociados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto.

Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a operações de arrendamento mercantil reestruturadas, que já tenham sido baixadas e registradas em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos de reestruturações, são reconhecidos apenas quando recebidos.

### e) Perda esperada líquida de recuperações

Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito líquida da recuperação de créditos baixado ("Write-off").

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Constituições/(Reversões)	1.060	(996)
Recuperações	(1.401)	(2.760)
<b>Despesas com perdas esperadas líquidas de recuperações</b>	<b>(341)</b>	<b>(3.756)</b>

A principal tese é:

Finsocial - Majoração de alíquotas - R\$ 24.086 mil, trata-se de processo no qual discute-se a constitucionalidade da exigência do Finsocial em alíquota superior a 0,5% e, mesmo depois do provimento da parte favorável ao banco correspondente à majoração, ainda se encontra em litígio o cálculo do valor relativo à alíquota de 0,5% de Finsocial devido.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

### III - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Cíveis	Fiscais	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>43.305</b>	<b>6.361</b>	<b>49.666</b>
Atualização monetária	1.889	1.214	3.103
Constituições líquidas de (reversões e baixas) (1)	4.216	23.100	27.316
Pagamentos	(24.012)	-	(24.012)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>25.398</b>	<b>30.675</b>	<b>56.073</b>

(1) Refere-se a constituição de provisão de Finsocial.

### c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2025, R\$ 88.182 mil para os processos cíveis e R\$ 304.694 mil para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, em que se discute a exigência do referido tributo por outros municípios que não aqueles onde as empresas estão instaladas, para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário, no montante de R\$ 78.370 mil; e

- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 162.060 mil.

## 17) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2025	
Sociais e estatutárias		102.031
Credores diversos		20.700
Atuais e previdenciárias		6.303
Outros		750
<b>Total</b>		<b>129.784</b>

## 18) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social



# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2ª Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 19) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Serviços técnicos especializados.....	3.057	6.418
Serviços do sistema financeiro.....	1.119	1.998
Jurídicas processuais.....	784	1.724
Propaganda, promoção e publicidade.....	513	970
Serviços de terceiros.....	185	423
Processamento de dados.....	167	420
Depreciação e amortização.....	-	1
Outras.....	100	203
<b>Total.....</b>	<b>5.925</b>	<b>12.157</b>

### 20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.....	18.375	34.634
Contribuição à Cofins.....	16.650	31.743
Contribuição ao PIS.....	2.705	5.158
Outras.....	-	163
<b>Total.....</b>	<b>37.730</b>	<b>71.698</b>

### 21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Atualização monetária sobre impostos a compensar.....	20.884	39.354
Reversão de provisões operacionais.....	226	11.126
Atualização monetária sobre depósito vinculado.....	6.702	10.692
Renda de direitos creditórios (1).....	3.621	6.732
Rendas de outros serviços.....	1.917	3.477
Recuperação de encargos e despesas.....	1.227	2.438
Outras.....	141	303
<b>Total.....</b>	<b>34.718</b>	<b>74.122</b>

(1) Contempla rendas de direitos creditórios oriundos de ações judiciais.

### 22) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Atualização monetária.....	5.324	10.713
Despesas compartilhadas (1).....	2.593	5.778
Despesa com provisão para obrigações solidárias.....	134	2.147
Prejuízo na venda de ações.....	-	1.250
Descontos concedidos.....	140	347
<b>Total.....</b>	<b>8.191</b>	<b>20.235</b>

(1) Refere-se a despesas compartilhadas da estrutura de suporte administrativo do Controlador com a Bradesco Leasing.

### 23) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Ganho na alienação de outros valores e bens.....	58	16.211
Resultado na alienação de incentivos fiscais.....	-	3.557
Reversão para desvalorização de outros valores e bens.....	(164)	(162)
<b>Total.....</b>	<b>(106)</b>	<b>19.606</b>

### 24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	401.557	740.372
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) às alíquotas vigentes.....	(160.623)	(296.149)
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>		
Participações em coligadas.....	564	1.036
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis.....	6.052	16.508
Outros valores.....	4.448	4.448
<b>Imposto de renda e contribuição social do período.....</b>	<b>(149.559)</b>	<b>(274.157)</b>

#### b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
<b>Impostos correntes:</b>		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(54.636)	(102.195)
<b>Impostos diferidos:</b>		
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias.....	(125.172)	(325.230)
<b>Constituição no período sobre:</b>		
Prejuízo fiscal.....	30.249	153.268
<b>Total dos impostos diferidos.....</b>	<b>(94.923)</b>	<b>(171.962)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social do período.....</b>	<b>(149.559)</b>	<b>(274.157)</b>

#### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição	Realização
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	133.870	28.042	(29.191)
Provisões cíveis.....	17.322	755	(7.918)
Provisões fiscais.....	1.528	9.726	-
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR).....	662	-	(500)
Ativos não financeiros mantidos para venda.....	6.017	68	(489)
Outros.....	7.697	256	(267)
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias... ..</b>	<b>167.096</b>	<b>38.847</b>	<b>(38.365)</b>
Prejuízo fiscal.....	229.484	153.268	-
<b>Total dos créditos tributários.....</b>	<b>396.580</b>	<b>192.115</b>	<b>(38.365)</b>
Obrigações fiscais diferidas (Nota 24e).....	746.606	326.404	(697)
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas....</b>	<b>(350.026)</b>	<b>(134.289)</b>	<b>(37.668)</b>

#### d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2025		Prejuízo fiscal	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Total
2026.....	14.429	8.658	58.547	81.634
2027.....	14.779	8.867	51.609	75.255
2028.....	10.900	6.540	54.135	71.573
2029.....	9.843	5.906	63.784	79.533
2030.....	9.136	5.482	70.972	85.590
2031.....	9.131	5.479	78.823	93.433
2032.....	9.130	5.478	4.884	19.492
2033.....	9.130	5.478	-	14.608
2034.....	9.129	5.478	-	14.607
2035.....	9.128	5.477	-	14.605
<b>Total.....</b>	<b>104.735</b>	<b>62.843</b>	<b>382.752</b>	<b>550.330</b>

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/2022 e Lei nº 15.078/24.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, liquidados e efeitos tributários, montou R\$ 486.936 mil, sendo: R\$ 144.675 mil de diferenças temporárias e R\$ 342.261 mil de prejuízo fiscal.

Todos os créditos tributários da Bradesco Leasing foram devidamente ativados.

#### e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil		
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição	Realização
Superveniência de depreciação.....	730.727	325.010	-
Atualização de depósitos judiciais.....	15.873	1.394	(692)
<b>Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias.....</b>	<b>746.600</b>	<b>326.404</b>	<b>(692)</b>
Ajuste a valor de mercado dos títulos em valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	6	-	(5)
<b>Total dos impostos diferidos (Nota 24c).....</b>	<b>746.606</b>	<b>326.404</b>	<b>(697)</b>

### 25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 do CMN e a Deliberação da CVM nº 642/10, a Instituição também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Controlador (1)	Coligadas (2) (3)
<b>Ativos</b>		
Disponibilidades (Nota 5).....	731	-
Dividendos a receber (2).....	-	25
<b>Passivos</b>		
Depósitos interfinanceiros (Nota 14a) (3).....	10.200.268	116.117
Recursos de debêntures (Nota 14b).....	1.701.169	-
Dividendos a pagar.....	102.031	-
Outros passivos.....	2.593	-

	Controlador (1)		Coligadas (2) (3)	
	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
<b>Resultado</b>				
Receitas de intermediação financeira.....	-	21	-	-
Despesas de intermediação financeira (3).....	(838.211)	(1.490.597)	(9.233)	(22.950)
Despesas operacionais.....	(2.647)	(5.920)	-	-

(1) O Banco Bradesco S.A. é a entidade controladora direta e a controladora final da Instituição;

(2) A Instituição possui controle conjunto na Serel Participações em Imóveis S.A. pela soma das participações mantidas pela Instituição, pela controladora e por outras controladas; e

(3) Banco Bradesco Financiamentos.

#### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos funcionários e administradores da Organização.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador direto, em consonância com a prática da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

### 26) GERENCIAMENTO DE RISCOS

#### a) Gerenciamento de riscos

O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil e os possíveis riscos dos bens de uso estão sob a responsabilidade da Instituição.

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Instituição, como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

#### b) Risco de crédito

##### Mensuração do risco de crédito

Periodicamente a Organização avalia as perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros por meio de modelos quantitativos, que consideram a experiência histórica de perdas de créditos dos diferentes tipos de carteira (que pode variar de 2 a 7 anos), a qualidade e as características atuais dos clientes, das operações e dos mitigadores, de acordo com os processos e a governança interna.

A experiência de perda de créditos reais é ajustada para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, condições atuais e a visão da Organização sobre as condições econômicas futuras, que são incorporadas na mensuração por meio de modelos econométricos, que capturam efeitos correntes e futuros nas estimativas das perdas esperadas. As principais variáveis macroeconômicas utilizadas neste processo são taxas de juros brasileira, taxa de desemprego, índices de inflação e índices de atividade econômica.

A estimativa de perda esperada dos ativos financeiros é dividida em três categorias (estágios):

- Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito;
- Estágio 2: Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3: Ativos financeiros que apresentaram indicativos de que não serão honrados integralmente.

O aumento significativo no risco de crédito é avaliado com base em diferentes indicadores para classificação em estágios, de acordo com o perfil do cliente, o tipo do produto e o status de pagamento atual, conforme demonstramos abaixo:

##### Segmento Varejo:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou "impairment"): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial ou reestruturação de dívidas;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e
- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

##### Segmento Atacado:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou "impairment"): Ativos financeiros que estão com as obrigações relevantes vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que não atentaram aos critérios do estágio 3 e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e
- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

As perdas esperadas são baseadas na multiplicação dos parâmetros de risco de crédito: Probabilidade de descumprimento (PD), Perda dado o descumprimento (LGD) e Exposição ao descumprimento (EAD).

O parâmetro PD refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelos internos de avaliação, que no varejo utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características do cliente, tais como *rating* interno e segmento de negócio, e da operação, tais como produto e garantia e no caso do atacado utilizam modelos especialistas baseados em informações financeiras e análises qualitativas.

O LGD refere-se ao percentual de perda em relação a exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação, conforme modelo interno de avaliação que utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características da operação, tais como produto e garantia.

Clientes com exposição significativa possuem estimativas baseadas em análise individuais, que são embasadas na estrutura da operação e no conhecimento de especialista, visando capturar a complexidade e as particularidades de cada operação.

O EAD refere-se à exposição (valor contábil) do cliente perante a Organização no momento da estimativa da perda esperada. No caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

#### Exposição ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2025	Perda esperada
<b>Ativos financeiros:</b>		
Disponibilidades.....	731	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.....	8.846.925	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	24.506	-
Operações de arrendamento mercantil.....	7.633.072	(114.048)
Outros ativos financeiros.....	209.575	-
<b>Total do ativo.....</b>	<b>16.714.809</b>	<b>(114.048)</b>

#### c) Concentração das operações de crédito

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2025	%
Maior devedor.....	249.772	3,3
Dez maiores devedores.....	1.322.122	17,3
Vinte maiores devedores.....	1.992.957	26,1
Cinquenta maiores devedores.....	3.312.659	43,4
Cem maiores devedores.....	4.592.636	60,2

#### d) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2025	%
<b>Setor privado.....</b>	<b>7.633.072</b>	<b>100,0</b>
<b>Pessoa jurídica.....</b>	<b>7.384.376</b>	<b>96,7</b>
Serviços diversos.....	2.038.626	26,7
Varejo.....	963.674	12,6
Holding.....	744.015	9,7
Atacado.....	685.597	9,0
Atividades imobiliárias e construção.....	554.974	7,3
Transportes e concessão.....	491.575	6,4
Alimentícia.....	273.070	3,6
Química.....	179.774	2,4
Siderurgia e metalurgia.....	98.387	1,3
Pecuária.....	96.535	1,3
Embalagens.....	95.374	1,2
Automobilística.....	92.150	1,2
Saúde.....	81.006	1,1
Energia elétrica.....	80.512	1,1
Tecnologia da informação.....	43.875	0,6
Demais setores.....	865.232	11,2
<b>Pessoa física.....</b>	<b>248.696</b>	<b>3,3</b>
<b>Total.....</b>	<b>7.633.072</b>	<b>100,0</b>

#### e) Risco de mercado

##### Análise de sensibilidade

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de risco de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen.

...continuação



# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

**Empresa da Organização Bradesco**

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 28) INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO

Para instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

- Nível 2

Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados, por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

- Nível 3

Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos. O principal dado não observável utilizado na determinação do valor justo são os *spreads* de crédito que variam entre 3% e 20%.

A marcação a valor justo dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, a Instituição utiliza os modelos definidos pela CMM (Comissão de Marcação a Mercado) e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

### **Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil**

Osasco - SP

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (“Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

#### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Ênfase - Informações comparativas**

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### **Principais assuntos de Auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### **Avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros**

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3, 9 e 26b às demonstrações financeiras, a Instituição possui o montante de R\$ 114.048 mil de provisão para perdas esperadas (PE) associadas ao risco de crédito de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025.

A Instituição reconhece a perda esperada para a vida toda do contrato em todos os contratos que apresentaram um aumento significativo do risco de crédito (SICR - *Significant Credit Risk*) desde o seu reconhecimento inicial ou apresentaram inadimplência da contraparte (*default*) (estágio 2 e 3, respectivamente) e uma perda esperada para 12 meses a partir da data do balanço para todos os outros contratos (estágio 1). A Instituição calcula a perda esperada em grupos homogêneos, por meio de modelos ou, para certas exposições significativas, com base em uma avaliação individual, estimando os fluxos de caixa futuros, considerando o valor das garantias relacionadas. Para calcular a perda esperada em grupos homogêneos, a Instituição separa os contratos com base em características de risco de crédito comuns e usa estimativas de probabilidade de inadimplência (PD - *Probability of Default*), o percentual da perda financeira no momento que a operação entrou em inadimplência (LGD - *Loss Given Default*) e a exposição financeira no momento da inadimplência (EAD - *Exposure at Default*), bem como identifica variáveis macroeconômicas relevantes e estima o impacto das projeções das condições econômicas futuras. A Instituição projeta múltiplos cenários econômicos para essas variáveis macroeconômicas e pondera cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles.

Identificamos a avaliação das provisões de perdas esperadas como um principal assunto de auditoria, uma vez que a estimativa de perda esperada envolve incerteza significativa em sua mensuração, principalmente como resultado da complexidade dos modelos e subjetividade e precisão das premissas utilizadas. Dentre essas incertezas, estão: (i) as metodologias e premissas utilizadas para estimar as PDs, EADs e LGDs e a segmentação de contratos por características de risco de crédito comuns; (ii) os cenários macroeconômicos futuros e a respectiva ponderação de cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles; (iii) a identificação de aumento significativo de risco de crédito (estágio 2) e ativos problemáticos (estágio 3); e (iv) para a perda esperada avaliada individualmente, os fluxos de caixa futuros, considerando a avaliação das garantias relacionadas.

#### **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados ao processo de cálculo da PE. Isso incluiu controles relacionados: (i) ao desenvolvimento e aprovação da metodologia da PE, incluindo a definição da Instituição de aumento significativo no risco de crédito (estágio 2) e ativos problemáticos (estágio 3); (ii) a determinação das metodologias e premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD, incluindo a segmentação de contratos por características de risco de crédito comuns, e os modelos usados para identificar as variáveis macroeconômicas futuras relevantes e estimar o impacto quantitativo dessas variáveis; e (iii) a validação independente dos modelos e definição da probabilidade de cada cenário, utilizados para o cálculo da PE; (iv) o cálculo da estimativa de PE; e (v) a projeção de fluxos de caixa esperados, incluindo os valores das garantias relacionadas, para PE calculada individualmente.
- Envolvemos profissionais com experiência e conhecimento especializados em risco de crédito que nos auxiliaram: (i) na avaliação qualitativa das metodologias de PE da Instituição através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos; (ii) no teste da precisão das PDs, EADs e LGDs da Instituição, na identificação das variáveis macroeconômicas relevantes e na estimativa do impacto quantitativo dessas variáveis, inspecionando as documentações dos modelos para determinar se estão compatíveis com suas intenções de uso; (iii) na avaliação da definição de aumento significativo no risco de crédito da Instituição, analisando as métricas relevantes utilizadas pela Instituição e comparando-as com as práticas regulatórias e do setor aplicáveis; (iv) na verificação da precisão das estimativas de PDs, EADs e LGDs da Instituição usando dados históricos e metodologias definidas pela Instituição; (v) na avaliação da base para a segregação de operações por características de risco de crédito comuns usadas na estimativa de PDs, EAD e LGD, observando correlações históricas; (vi) na avaliação da razoabilidade das variáveis macroeconômicas consideradas nos cenários futuros por meio de análise de regressão da correlação histórica dessas variáveis e risco de crédito e (vii) execução de análise quantitativa, aplicando os percentuais de impacto para cada cenário, os quais foram validados de forma independente.
- Comparamos os índices projetados pela Instituição nos cenários macroeconômicos futuros com projeções independentes de terceiros. Para uma seleção de contratos, avaliamos a PE calculada individualmente, avaliamos as premissas e inspecionamos a documentação relacionada utilizada pelo Banco para determinar os fluxos de caixa esperados, incluindo os de garantia.
- Para uma amostra, avaliamos a aderência às políticas internas sobre a identificação do aumento significativo de risco de crédito e a classificação dos instrumentos financeiros.

Por meio de métodos e modelos matemáticos financeiros, os quais capturaram os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos da marcação ao valor justo ou de similares.

Valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2025	
	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.....	8.846.925	8.846.925
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	24.502	24.506

Em 31 de dezembro de 2025, a Instituição possui na composição dos títulos e valores mobiliários aplicação em cotas de fundo de investimento (títulos privados), no montante de R\$ 8.846.925 mil e letras financeiras do tesouro (títulos públicos), no montante de R\$ 24.506 mil, ambos classificados com “Nível 1”.

### 29) OUTRAS INFORMAÇÕES

#### **a) Resultados recorrentes e não recorrentes**

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo o resultado recorrente e não recorrente do período:

Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 466.215 mil, sendo todo este montante tratado como resultado recorrente.

#### **b) Eventos subsequentes**

Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

### A DIRETORIA

Silvio José Alves  
Contador - CRC 1SP202567/O-5

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a perda esperada de ativos financeiros no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

#### **Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/O-6

Mark Suda Yamashita  
Contador CRC 1SP-271754/O-9

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 02/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/02/BRADESCOLEASING1587893802032026.pdf>  
Hash: 1772219521aca77fa35afe47aa826b5b648c94dee2